

Rorty, Nietzsche e a democracia

Paulo Ghiraldelli Jr.*

Resumo: O objetivo deste artigo é mostrar a teoria deflacionária da verdade como elo entre Nietzsche e o sonho utópico de Rorty.

Palavras-chave: teorias deflacionárias da verdade – pragmatismo – democracia – contingência – metáfora

I

Gilles Deleuze escreveu certa vez que enquanto os europeus possuem um “senso inato da totalidade orgânica” e, então, devem adquirir o “senso do fragmento”, os americanos, habitantes de um país feito de Estados federados e de diversos povos imigrantes, ao contrário, têm um senso natural do fragmento e o que devem conquistar é o sentimento da totalidade, da bela composição.

Se quiséssemos levar adiante este pensamento, talvez pudéssemos dizer que, para servir de contrapeso ao que lhes é inato, os europeus deveriam ler Nietzsche, e os americanos, Hegel. Ora, que os americanos leram seriamente Hegel não há dúvida. O sistema de John Dewey, por exemplo, pode ser visto como um hegelianismo naturalizado, darwinizado – a busca do sentimento de totalidade, mas em um plano não-metafísico. Todavia, por outro lado, os americanos também leram Nietzsche, o que nos sugere que tenham realimentado aquilo que, na conta de Deleuze, lhes é inato. Poderíamos então ficar com a impressão de que

* Professor de Filosofia Contemporânea na UNESP-Marília.

tivemos uma experiência com resultado zero: a leitura de Nietzsche teria devolvido os americanos ao seu ponto original.

Mas é claro que não foi isso que aconteceu. Tanto entre o final do século XIX e início do XX, com os pragmatistas, como agora no término do século, com o neopragmatismo, os americanos sempre fizeram questão de operar Nietzsche, arrancando órgãos e desviando o fluxo sangüíneo, de modo a reconstruir um corpo segundo o seu interesse. De todas essas manobras, a que eu acho mais curiosa é a levada adiante por Richard Rorty.

A pergunta que nos vem à mente quando escutamos Rorty falar bem de Nietzsche é a seguinte: o que este pensador tão profundamente ligado aos valores democráticos quer com Nietzsche? Ou: o que este nova-iorquino filho de pais socialistas e discípulo de John Dewey quer com um pensador decididamente desdenhoso em relação às formas modernas e igualitárias de convívio social?

Dado que esta pergunta é de ordem política, poder-se-ia acreditar que o mais óbvio é procurar sua resposta percorrendo os textos de filosofia política do norte-americano. No entanto, este é um caminho que julgo pouco frutífero. Democracia & Nietzsche, em Rorty, é uma associação que deve ser procurada a partir do que um dos pioneiros do pragmatismo, William James, considerava o núcleo desta doutrina: a discussão sobre a verdade – exatamente a discussão, adianto, que Rorty quer ver ultrapassada.

Assim, no que se segue vou fazer três coisas. Primeiro, vou expor de modo breve o que Rorty pensa *atualmente* sobre a verdade. Segundo, vou localizar onde e como ele se encontra com Nietzsche neste assunto. E, por fim, vou aludir à maneira que, sob a luz de Nietzsche, Rorty lê Donald Davidson para retirar daí um entendimento sobre a linguagem afinado com os seus anseios democráticos, contrários a Nietzsche.

II

Entre as várias precauções que devemos tomar ao iniciarmos a leitura de Rorty, uma parece essencial. Devemos distinguir o que é que pode ser dito *em geral* dos pragmatistas pioneiros, como C. S. Peirce, W. James e J. Dewey, e o que *ele próprio* diz desses filósofos. Rorty se orgulha da filosofia americana na sua tradição pragmatista, e quer mantê-la, além de unificada, voltada para o que entende ser a tarefa dessa tradição na construção do futuro: colaborar com uma sociedade utópica centrada na liberdade e não na Verdade. Daí ele escolher, nos filósofos que nomeia de pragmatistas, as posições que favorecem a diluição das diferenças mútuas, afinando-os todos com o seu projeto. Por isso, aqui, no que se refere à questão da verdade, não vou colocar os pragmatistas pioneiros junto com Rorty, como ele gostaria.⁽¹⁾

Seguindo fins didáticos, divido as teorias da verdade em dois grupos. De um lado, as posturas que substantivam a verdade, a saber, as teorias correspondentista, coerentista e pragmatista, de outro lado, em termos gerais, a teoria deflacionista. Se Rorty simpatiza com a teoria coerentista e com a pragmatista, ele o faz de um modo muito peculiar, pois, a meu ver, as utiliza como ante-sala do deflacionismo, com o qual ele quer se identificar.

As teorias que substantivam a verdade, o fazem considerando-a como uma propriedade importante dos elementos tidos como primariamente depositários da verdade (sentenças e/ou declarações e/ou proposições e/ou crenças). As teorias que deflacionam a verdade, ao contrário, advogam que afirmar uma proposição *p* é equivalente a afirmar que *p* é verdadeira. Elas entendem que o predicado “é verdadeiro” é dispensável, só se mantendo por razões de economia de expressão e/ou porque cumpre uma função performativa no sentido de ajudar os falantes a expressarem concordância mútua. “*P* é verdadeira” não teria uso explicativo.

Recordo aqui, rapidamente, as três teorias que substantivam a verdade e, após isso, elenco os argumentos de Rorty pelos quais ele, segundo o que entendo, parece melhor situado entre os deflacionistas.

A teoria correspondentista da verdade é aquela que advoga que um candidato à verdade é dito verdadeiro quando ele “corresponde aos fatos”. Os críticos dessa teoria dizem, entre outras coisas, que a sua noção de “fato” só pode ser explicada nos termos da sua noção de verdade, dado que, para ela, um fato é o correspondente no mundo de uma sentença ou proposição verdadeira. Sendo assim, a teoria correspondentista conteria um círculo vicioso.

A teoria coerentista, seguindo os críticos do correspondentismo, entende que não pode haver uma relação entre elementos – lingüísticos ou mentais – depositários da verdade e elementos não depositários da verdade, como os fatos. Advoga então que a verdade consiste na relação, digamos, interna, entre os elementos depositários da verdade – a relação entre as crenças de um mesmo indivíduo ou as crenças de uma mesma comunidade. Os críticos dessa teoria, entre outras coisas, dizem que ela conduz a um insustentável relativismo.

A teoria pragmatista, diante dos impasses das duas primeiras, sugere uma mudança de foco. Os pragmatistas pioneiros acreditam que clareiam as coisas ao dizerem que a verdade e quaisquer outros conceitos podem ser melhor entendidos se considerarmos *seriamente* a prática, as alterações na prática. Cada um dos pragmatistas pioneiros fornece um modo de clarear a noção de verdade. Peirce define a verdade como o resultado último da investigação levada a cabo por uma comunidade de investigadores, um resultado de hábitos de ação instalados e acordados. James diz que as crenças verdadeiras tornam as relações humanas mais consistentes, estáveis e contínuas. Dewey, por sua vez, vê a verdade como a solução de um problema – afirmação assegurada, comprovada.

Rorty tende a ver os pragmatistas como antagonistas dos correspondentistas. Eles alimentariam a “atmosfera reducionista”, na qual ele próprio se vê inserido. Ele os lê como pessoas menos interessadas em dizer algo sobre a *natureza* da verdade e mais como pessoas que querem

apontar para os procedimentos justificatórios que se erguem quando estamos envolvidos com o “é verdadeiro” e o “não é verdadeiro”. Pois Rorty entende que, quanto a crenças, a avaliação da verdade e a avaliação da justificação são a mesma coisa. Entende que, se alguém tem uma dúvida concreta, específica sobre se uma crença sua é verdadeira, tal dúvida só pode ser resolvida perguntando se tal crença está adequadamente justificada.

No entanto, Rorty sabe que, contra isso, há um uso da expressão “é verdadeiro” que cria problemas. Trata-se do seguinte: “a crença X está plenamente justificada, porém não é verdadeira”. Rorty tende a dizer que este “não é verdadeira” do final da frase, mostra a palavra verdadeiro sendo usada de um modo que, se à primeira vista pode parecer explicativo, não o é. A força de tal expressão estaria no uso preventivo da palavra verdadeiro. Este uso da palavra verdadeiro, um uso não explicativo, não diferiria em espécie dos outros usos possíveis – o uso *disquotational* e o uso recomendativo⁽²⁾. A frase citada nada explicaria, mas atuaria, sim, negativamente. Sua tarefa seria a de indicar a existência efetiva ou possível de uma audiência, digamos, melhor informada ou mais imaginativa, para a qual a tal crença X que parece plenamente justificada, ainda não está aceitavelmente justificada. E este é um processo infinito, diz Rorty, pois “se houvesse limites de justificação, eles seriam limites da linguagem, mas a linguagem (como a imaginação) não tem limites” (Rorty 6, pp. 281-87).

III

Pretendo ter mostrado até aqui que o neopragmatismo de Rorty implica em uma abordagem pragmático-deflacionista da verdade. Por isso, digo que não são propriamente as passagens pragmatistas de Nietzsche, em um sentido clássico, que Rorty mais gosta, mas sim as passagens pragmático-deflacionistas.

Uma das passagens que o entusiasmo é aquela de “Verdade e mentira em um sentido extra-moral” na qual Nietzsche diz que a verdade é ‘um exército móvel de metáforas, metonímias e antropomorfismos – em resumo uma soma de relações humanas, que foram alteradas, transpostas e embelezadas poética e retoricamente e que, depois de um longo tempo, parecem firmes, canônicas e obrigatórias para um povo’ (Rorty 8, p. 32). O entusiasmo por esta passagem, a meu ver, é que, estabelecendo a verdade como metáfora, isto é, como o que por definição não pode corresponder representativa e adequadamente ao fato, tal trecho nos leva à indistinção entre o falso e o verdadeiro no sentido tradicional, o que no limite nos empurra ao abandono de uma distinção. Descartada a distinção falso-verdadeiro, altera-se a distinção literal-metafórico. Rorty pode então, inspirado em Nietzsche-Davidson, advogar a idéia de que os jogos de linguagem não são um meio – de representação ou de expressão – que ligam sujeito e objeto, como no modelo epistemológico tradicional. Seriam, sim, conjuntos de instrumentos, todos renováveis e aposentáveis, com os quais lidamos com o meio circundante, principalmente no sentido de controle e previsão. O metafórico seriam os ruídos e sinais que lançamos, sem qualquer significado, para provocar o meio circundante ou para reagir a uma provocação dele. O literal seriam as metáforas saboreadas e não cuspidas, aquelas que gradualmente adquiriram um uso habitual, isto é, um lugar familiar em um jogo de linguagem. O literal, neste caso, o que ganhou significado (o que ganhou valor de verdade), é o que está mais à mão e o que é mais conveniente para lidarmos com o meio circundante com mais sucesso.

A concepção rortiana sobre a metáfora e, enfim, sobre a linguagem, coloca esta última no reino da contingência. Uma visão nietzschiana da história da cultura e uma filosofia davidsoniana da linguagem, diz ele, nos leva a ver a linguagem como atualmente vemos e aceitamos a evolução das espécies, “como novas formas de vida constantemente fazendo sucumbir formas velhas – não para realizar um propósito superior, mas às cegas” (Rorty 4, p. 120).

Ao elogiar a idéia da contingência da linguagem e ao advogar uma concepção fortemente historicista-nominalista da cultura, Rorty faz eco

à ironia de Nietzsche a Descartes. “Por que sempre a verdade?”, pergunta Nietzsche ao filósofo francês, querendo com isso ridicularizar a busca de “conforto metafísico” que estaria na base de uma obsessão pela verdade. No entanto, se para Nietzsche o “conforto metafísico” necessita ser denunciado e ridicularizado porque é um sintoma de fraqueza – o avanço do niilismo que traz em seu leito Descartes como “avô da Revolução Francesa”. Para Rorty, ao contrário, a denúncia do “conforto metafísico” é *apenas* uma forma de elogiar a contingência. E por que elogiá-la? É que a contingência é o elemento próprio à experiência democrática.

A democracia, como forma de organização social moderna que procura articular harmoniosamente a vontade da maioria com o respeito aos direitos das minorias e dos indivíduos, só pode vingar porque nela os vocabulários alternativos, novos, subversivos ou sem sentido, podem vir a ser aceitos e ter a chance de se tornarem instrumentos viáveis para a garantia de direitos ou, melhor, para a ampliação de direitos que protejam os fracos da exploração e humilhação dos fortes. A redescricao do mundo e das pessoas, que os novos vocabulários permitem, levando-nos a falar, pensar e agir diferentemente, não são úteis *apenas* ao autocrescimento privado, mas também podem colaborar com a imaginação social-democrática (Ghiraldelli Jr. 2).

Assim, inusitadamente, a postura pragmático-deflacionista – comum a Nietzsche e a Rorty – desemboca na idéia da possibilidade da política liberal com forte apelo social – a única política da qual Rorty quer participar (Rorty 5). Se Rorty quer abandonar a Verdade porque desconfia que ela prejudica a liberdade, ele não está pensando somente na liberdade privada mas na liberdade social, na idéia da democracia enquanto sociedade livre na medida em que pode ser uma sociedade justa, na qual todos tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento pessoal (Ghiraldelli Jr. 1).

O adeus ao “conforto metafísico” e a adoção de um mundo sem ponto arquimediano, a vertigem que sentimos diante da fragmentação de vocabulários, de culturas e de perspectivas, para Rorty, ao contrário de conduzir à desesperança, deve ser entendido como inerente à demo-

cracia enquanto experiência que o Ocidente moderno inventou – esta forma de vida que, se vingar plenamente, será, como ele diz, obra nossa e não de qualquer força superior não-humana (Rorty 7). Assim, *mutatis mutandis*, Deleuze tem razão: nos americanos *típicos* mesmo Nietzsche pode e deve ser integrado na busca do sentimento da totalidade harmônica, da bela composição.

Abstract: The aim of this article is to show the deflationary theory of truth as a link between Nietzsche and the Rorty's utopian dream.

Key-words: deflationary theory of truth – democracy – pragmatism – contingency

Notas

- (1) Rorty não nega as diferenças que existem entre ele e os pragmatistas pioneiros. Alguns autores, no entanto, incomodados com a sua insistência em escrever “nós, pragmatistas”, procuram expor detalhadamente tais diferenças. Com esse intuito, Susan Haack construiu um diálogo imaginário entre Rorty e Peirce, principalmente em torno da questão da verdade (Haack 3).
- (2) Uso recomendativo: “é verdadeiro” é uma expressão que usamos do mesmo modo que usamos “bom!”, “certo!”, etc. Uso *disquotational*: situações formuladas segundo o esquema: “A não pode corretamente dizer que B fala a verdade na declaração S a menos que A também possa dizer algo equivalente a S. (Rorty 8, p. 59, pp. 126-50)

Referências Bibliográficas

1. GHIRALDELLI JR., P. “Os americanos estão chegando: desconfiança na verdade e democracia na pensamento filosófico atual”. *Mimeo*. Esse texto foi publicado parcialmente, sob o título “A desconfiança na verdade” no jornal *Folha de S. Paulo*, caderno *Mais!*, p. 5, 12 de outubro de 1997.
2. _____. “Para ler Richard Rorty e sua filosofia da educação”. In: *Filosofia, sociedade e educação*, n. 1, 1997. Marília: Pós-Graduação – UNESP.
3. HAACK, S. “‘We Pragmatists...’ – Peirce and Rorty in conversation. In: *Partisan Review*. vol. 64, n. 1, 1997. Boston: Boston University.
4. RORTY, R. “The contingency of language”. In: GOODMAN, R. B. (org.). *Pragmatism – A contemporary reader*. Nova York/Londres: Routledge, 1995.
5. _____. “A filosofia e o futuro”. Trad. Paulo Ghiraldelli Jr. In: *Filosofia, sociedade e educação*, n. 1, 1997. Marília: Pós-Graduação – UNESP.
6. _____. “Is truth a goal of enquiry? Davidson vs. Wright”. In: *The Philosophical Quarterly*, v. 45, n. 180, 1995.
7. _____. “Nietzsche, Socrates, and Pragmatism”. In: *South African Journal of Philosophy*, v. 3, n. 10, 1991.
8. _____. *Objectivity, relativism, and truth – Philosophical papers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.